

Os remédios para a recessão

José Zamprogna *

A recessão econômica, em nosso país, é um fato incontestável. O desemprego continua aumentando, a cada dia que passa, principalmente nos maiores centros industriais. Já contamos com aproximadamente 3 milhões de desempregados, e o parque industrial brasileiro não encontra forma de reagir, em consequência da queda no consumo dos bens produzidos. E o mercado interno se restringe sempre mais, levado, sobretudo, pelos altos custos que vem atingindo tudo quanto se produz no país, em decorrência dos escassos recursos financeiros e elevadíssimos juros. De outro lado, o poder aquisitivo do povo está caindo, em decorrência da violentíssima inflação (já calculada em mais de 150%), que vem solapando o poder de compra do nosso mínguaço cruzeiro. O mais grave, é que o desemprego já começa a abalar a confiança de todos, inclusive a das autoridades que o administram, porque a grande preocupação, no momento, é cumprir os pagamentos estabelecidos pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Realmente, o vulto de nossa dívida externa não apenas preocupa, mas já começa a apavorar, porque se só ficarmos nos preocupando em sua administração e pagamentos, deixaremos abandonada a economia interna, e o padrão de vida do povo tenderá a cair ainda mais. O país não poderá negar-se a pagar o que deve ao exterior, porém precisará, urgentemente, encontrar uma forma de poder dinamizar sua economia interna, para recolocar os desempregados e abrir possibilidades para os 2 milhões de novos empregados que anualmente afluem ao mercado de trabalho. É chegada a hora de estabelecer-se no país um debate nacional, visando salvar a Nação do abismo que a espera, se continuarmos por muito tempo com a atual política econômica.

Dada a nossa dificuldade de importar, por falta de divisas, deveríamos proibir a entrada de todos os produtos e bens de capital que possam ser produzidos no país. O nosso parque industrial tem possibilidades de produzir, praticamente de tudo. Por isso, criemos-lhe a possibilidade de trabalhar dentro de sua plena capacidade, já que, presentemente, se encontra com mais de 50% de ociosidade. De outro lado, precisamos abrir frentes de trabalho, para a mão-de-obra ociosa. Desenvolvemos ao máximo, a construção de moradias, porque elas são autofinanciáveis, e geram, imediatamente, grande número de empregos, além de proporcionar trabalho às indústrias deste setor. Abramos novas frentes de trabalho, com o melhoramento de estradas, construção de pontes e pontilhões, correção de traçados e asfaltamento das vias principais.

Com estas medidas implantadas, as usinas siderúrgicas voltarão a trabalhar a pleno vapor, porque

o consumo interno de aço aumentará, e a sobra continuará a ser exportada; as siderúrgicas terão trabalho para transformar o aço em bens de consumo e bens de capital; a economia aumentará e gerará mais tributos para o Governo, que por sua vez poderá destinar boa parte ao subsídio de um grande plano de produção agropastoril, com objetivo de pleno abastecimento interno e ainda exportar a imensa produção que sobrar.

Com os países americanos, deveremos incentivar o intercâmbio de mercadorias, por mercadorias que nos interessem, e com países fornecedores de petróleo, deveremos conseguir que troquem este produto pelos nossos. Internamente, deveremos explorar mais intensamente o nosso potencial energético: álcool, carvão, biomassa e todos os tipos de eletricidade. Quanto à vultosa dívida externa, que já se aproxima de 90 bilhões de dólares, deveremos pôr à disposição dos credores, para pagamento dos juros, produtos brasileiros, ao preço corrente no mercado internacional, já que, com as nossas exportações não conseguiremos formar o montante necessário em dólares, para o atendimento pontual de nossos compromissos mais urgentes. No que tange à propalada moratória interna, achamos que não passa de brincadeira de mau gosto, porque se tal medida for concretizada, se transformará em calamidade pública, porque todos perderão a confiança de trabalhar para poupar e só passarão a produzir o suficiente para se sustentar, a não ser que entre um socialismo com o regime de força.

A dívida interna brasileira já ultrapassa a elevada cifra de 10 trilhões de cruzeiros, sem contar o valor em cruzeiros, que os tomadores de dólares depositaram no Banco Central. Esta dívida é fruto de excessos de gastos públicos, extra-orçamento oficial, representados pelo segundo orçamento da Nação, que é aquele que sobre os prejuízos das empresas estatais e de economia mista, e que lhes suplementa os recursos para continuarem nas atividades econômicas geralmente deficitárias; suplementa os subsídios à agricultura, à importação de trigo e petróleo, financia e subsidia as exportações, etc. Entretanto, não obstante as imensas dificuldades apontadas, o nosso teria possibilidade de se recuperar (social e economicamente), num prazo relativamente curto, bastando que se cortasse os permanentes prejuízos das empresas econômicas do Estado; que se usasse mais austeridade nos recursos públicos, cortando as mordomias e excesso de empreguismo; que se conscientizasse o povo das reais dificuldades financeiras a que atingiu a Nação, e que, portanto, se convocasse a todos quantos tivessem condições de trabalhar e produzir, para que cerassem fileiras em torno do Governo, dentro de uma nova ordem econômica, porque a atual está desacreditada e superada.

* Diretor-presidente da Zamprogna S.A.
e professor da UFRS